

A origem medieval da expressão *língua materna*: uma história contra a evidência de sentidos de um termo canônico na reflexão sobre a linguagem

Jose Edicarlos de Aquino^a

Resumo

Neste artigo, realizamos um estudo histórico da emergência da expressão “língua materna” no Ocidente, de forma a questionar as evidências formadas em torno desse termo canônico na reflexão sobre a linguagem. Demonstramos assim que a expressão língua materna é uma invenção medieval, empregada inicialmente em latim, nos textos da Igreja, como forma de contrapor essa língua aos vernáculos emergentes. Argumentando que essa expressão não se explica pura e simplesmente pela figura da mulher, mas corresponde primeiramente a certas configurações sociopolíticas na história, mostramos que os primeiros registros da expressão “língua materna” apontam problemas peculiares da sociedade medieval e as questões linguísticas implicadas.

Palavras-chave: Língua materna. Idade Média. Latim. Vernáculos.

Recebido em: 19/09/2018

Aceito em: 09/03/2019

^a Professor no curso de Letras da Universidade Estadual do Tocantins (UFT). E-mail: edicarlos_aquino@yahoo.com.br.

1 Considerações iniciais

Por meio das línguas, das épocas, dos discursos, a atribuição do significante *materna* ao significante *língua* é suporte de muitas representações: *mãe física, fala infantil, laços de sangue, linhagem, clã, origem, oralidade, território, comunidade, povo, nação*. Não obstante sua densidade metafórica, a *língua materna* é frequentemente tomada como algo que já se conhece por antecipação, donde sua qualidade de lugar-comum, mesmo na Linguística. Se os efeitos de reconhecimento sofridos pela *língua materna* são dados pela forma como ela é nomeada, já que a própria associação entre os significantes *língua* e *materna* promove semanticamente a ideia de uma *língua* que é da mãe, a evidência dos sentidos da expressão cai por terra quando tomamos o fato de não haver registros da expressão *língua materna* antes do século XII. Dessa forma, se a *língua* seria *materna* por ser a *língua da mãe*, segundo um discurso referencialista, teríamos, então, de afirmar que a Antiguidade não falava uma *língua materna*.

Na Antiguidade, o funcionamento das expressões *sermo patrius* e *patria lingua* é uma prova contra a suposta evidência dos sentidos de *língua materna* como a *primeira língua*, a *língua da infância*, a *língua que se contrapõe a uma língua estrangeira*, pois esses sentidos estão sendo mobilizados por outras expressões em um momento em que sequer havia registros da expressão *língua materna*. De fato, as expressões *sermo patrius* e *patria lingua*, que poderiam ser livremente traduzidas como *língua do pai* ou *língua da pátria*, são empregadas na Antiguidade como forma de nomear o latim, significando uma *língua aprendida naturalmente na infância, na pátria onde se nasce, em oposição a uma língua que se aprende em um segundo momento da vida, de forma não natural, por dedicação aos estudos, uma língua proveniente de outra pátria, de outro território, uma língua estrangeira* (AQUINO, 2012). É justamente essa rede de sentidos que será mobilizada pela expressão *língua materna* ao longo do processo de constituição das línguas nacionais e dos Estados nacionais, e que será registrada nos dicionários.

2 A expressão “língua materna” como uma invenção medieval

O primeiro registro que encontramos da expressão língua materna figura numa crônica das Guerras Santas, *Dei Gesta per Francos*, escrita na Idade Média pelo monge francês Guiberto de Nogent,¹ entre os anos de 1104 e 1108. Dessa forma, levando-se em conta a ausência dessa expressão na Antiguidade Clássica, ela pode ser considerada uma invenção medieval e mesmo uma invenção religiosa, justamente porque os primeiros registros conhecidos da expressão língua materna aparecem em obras de membros da Igreja, em escritos relacionados com essa instituição. Num relato sobre a Primeira Cruzada, Guiberto de Nogent afirma que o papa Urbano II não tinha dificuldade na prática da língua latina:

Eius enim scientiae litterali eloquentiae cooperabatur agilitas, non enim minor ei videbatur in Latinae prosecutione locutionis ubertas quam forensi cuiilibet potest esse in materno sermone pernicitas.

O domínio que ele tinha de sua cultura desempenhou um papel importante na sua capacidade de falar a eloquência literária. Parecia realmente que nenhum advogado poderia ter em sua **língua materna** tanta facilidade quanto o Papa tinha na prática da locução latina.

No trecho acima, primeiro registro da expressão língua materna que encontramos na história ocidental, verifica-se a distinção entre duas línguas e dois grupos sociais. As expressões *eloquentia litteralis* (eloquência literária) e *latina locutio* (locução latina) estão associadas conjuntamente ao papa e contrapostas a *sermo maternus* (língua materna), expressão ligada, por sua vez, a *forensis* (advogado). Segundo essa divisão de línguas e sujeitos falantes, o *sermo maternus* seria a língua dos advogados, que, na divisão da sociedade medieval, faz parte da ordem dos leigos, ao passo que o papa Urbano II, líder da Igreja, teria também por língua a *eloquentia litteralis*, a *latina locutio*, enfim, o latim.

Para Guiberto de Nogent, Urbano II tinha mais facilidade na prática a locução latina do que o leigo na prática da língua materna, não porque a primeira fosse mais fácil que a segunda,

¹ Para as referências detalhadas das citações dos textos medievais feitas ao longo do artigo, consultar Aquino (2012).

mas porque o domínio que o papa tinha da cultura latina era tão grande que, mesmo no emprego de uma língua pautada na escrita, ele teria mais facilidade de se expressar do que o advogado quando emprega sua língua materna na realização de suas atividades temporais. Em suma, a língua materna é significada pelo critério da facilidade.

Baudri de Bourgueil faz uso da expressão língua materna quase simultaneamente a Guiberto de Nogent, em 1107, na sua *Historia Ierosolymitana*:

Subsecuti sunt tamen eum homines fere sexaginta, quibus diligentissime Pirrus collectis, atque suis in turribus collocatis, postquam vidit plures numero nequaquam subsequentes, materna dixisse fertur lingua, "Michro Francos echome", hoc est 'heu, heu! paucos habemus Francos'.

Entretanto o seguiram cerca de sessenta homens. Depois de reuni-los com o maior cuidado e de colocá-los nas suas torres, vendo que ninguém mais os seguiria, contam que Pirro teria dito na **língua materna**: "Michro Francos echome", isto é, 'ahi de mim! Temos poucos Francos'.

O ponto de irradiação da expressão língua materna na Idade Média forma uma mancha ao final do século XII que se estende do norte da França ao sul da Inglaterra e que passa pela fronteira ocidental da Alemanha, de onde se espalha pelo resto da Europa nos séculos seguintes (AQUINO, 2012). No pequeno monastério de Nogent-sous-Coucy, na região da Picardia, norte do Reino da França medieval, Guiberto de Nogent emprega a expressão *materno sermo* no relato *Dei Gesta per Francos* (1104-1108) e na autobiografia *De vita sua* (1114-1117). Reunidos em torno das escolas de Angers, na região de Anjou, Baudri de Bourgueil e Geoffroy de Vendôme empregam a expressão *materna lingua* nas suas *Historia Ierosolymitana* (1107) e *Epistolae* (1110). A região da Picardia, com Guiberto de Nogent, e o noroeste da França, com Baudri de Bourgueil e Geoffroy de Vendôme, são, segundo Grondeux (2008), dois polos independentes de difusão da expressão língua materna na Idade Média, prova disso seria o fato de Guiberto de Nogent fazer uso da forma *materno sermo*, enquanto os outros dois autores utilizam a forma *materna lingua*. Na parte norte da França, a expressão língua materna aparece nas *Notae Dunelmenses* (1109-1113), em Paris, e no relato de Hesso (1119), em Reims. Na Inglaterra, em Canterbury, a expressão

é encontrada nas obras de Eadmer (1109-1114), Nigel Wireker (1193) e de Thomas Becket (1169). Está depositado em Oxford um manuscrito das *Ars Medulina* (1154-1180) que apresenta a expressão língua materna. Retirado de um manuscrito de Cambridge que reúne textos do norte da Inglaterra, a *Marginalia* (1150-1250) também traz a expressão. Na Alemanha, na fronteira com os Países Baixos, a expressão aparece no *Costume de Springierbach/Rolduc* (1123-1128).

A produção hagiográfica medieval constitui um dos principais acervos dos primeiros registros da expressão língua materna:

Eadmer, *Vita Odonis*, 1109-1114:

Cognomine quoque boni in materna lingua illum deinceps vocare solebat, videlicet Odo Segode, quod interpretatur Odo bonus.

Costumava também chamá-lo de bom na **língua materna**, ou seja, Odo Segode, que significa Odo bom.

Guilherme de Saint-Denis, *Vita Sugerii*, 1152:

Tantum siquidem in utraque lingua et materna scilicet et Latina facundiae possidebat gratiam, ut quidquid ex illius ore audisses, non eum loqui, sed legi crederes.

Tinha tamanho dom da facúndia em ambas as línguas, isto é, na latina e na **materna**, que tudo o que uma pessoa ouvia da boca dele, não cria que ele falasse, mas estivesse lendo.

Vita Norberti, 1157-1161:

In crastinum ergo fecit sermonem ad populum vix adhuc aliquid sciens vel intelligens de lingua illa, Romana videlicet, quia numquam eam didicerat; sed non diffidebat, quin, si materna lingua verbum Dei adoriretur, Spiritus sanctus, qui quondam centum viginti linguarum erudierat diversitatem, linguæ Teutonicæ barbariem, vel Latinæ eloquentiæ difficultatem, auditoribus habilem ad intelligendum faceret.

No dia seguinte, fez um discurso ao povo, que até então mal conhecia ou entendia aquela língua, quer dizer a romana, porque nunca a apreendera, mas não duvidava que se introduzisse a palavra de Deus na **língua materna**. O Espírito Santo, que uma vez havia aplanado a diversidade de cento e vinte línguas, tornaria apta à compreensão dos ouvintes a barbárie da língua germânica ou a dificuldade da eloquência latina.

O relato do monge Eadmer de Canterbury, sobre a vida do arcebispo Odo, é editado praticamente na mesma época em que Guiberto de Nogent publica seu relato da Primeira Cruzada. Eadmer, a exemplo do clérigo francês, utiliza, em latim, a expressão *língua materna* para nomear uma língua que não a latina.

No seu relato sobre o abade Suger, o monge Guilherme de Saint-Denis emprega expressão clássica *utraque lingua* para recobrir o par formado pela língua materna e pelo latim, talvez fazendo referência ao bilinguismo característico do clero medieval. Como esclarece Lusignan (1987, p. 9, tradução nossa), “o clérigo medieval é um homem bilíngue no mínimo: ele aprende enquanto criança uma língua vernácula e mais tarde a escola o inicia no latim”.² No entanto, como afirma Grondeux (2008), o fato de a expressão *utraque lingua* associar latim e língua materna não significa a marcação de uma simetria entre essas duas línguas. Tal expressão serviria para assinalar a capacidade que tem o sujeito de se exprimir tanto em latim quanto na língua materna.

Na biografia de São Norberto, o latim, nomeado pela expressão *Romana (língua)*, é novamente colocado em contraposição à língua materna. Tal como expõe a narrativa, o povo, por nunca ter aprendido o latim, seria incapaz de compreender essa língua, dispondo apenas de sua língua materna, língua na qual São Norberto acredita ser possível introduzir a palavra de Deus, palavra pregada por excelência na língua latina. Por oposição à dificuldade da língua latina, mais uma vez a língua materna é marcada por uma suposta facilidade. Em contraste com a língua germânica como língua materna, tomada na qualidade de barbárie, a língua latina, caracterizada por sua dificuldade, acaba por significar uma língua civilizada.

3 A expressão língua materna como uma marca da consciência da diversidade dialetal e linguística do homem medieval: a distinção entre clérigos e leigos e entre latim e vernáculos

A expressão língua materna nasce marcada pela oposição ao latim e pela identificação com os leigos. Ela é a insígnia de um mundo partido em dois, isto é, dividido entre clérigos e

² «le clerc médiéval est un homme bilingue au minimum : il a appris enfant une langue vernaculaire et plus tard l'école l'a initié au latin.»

leigos, mas é principalmente a insígnia da situação linguística particular do mundo latino, marcado pela conservação do latim como língua da administração e da vida intelectual e religiosa e pelo aparecimento das línguas neolatinas, como observa Auroux (1992).

A expressão língua materna é uma marca da consciência da diversidade dialetal e linguística do homem medieval. Lançando luz sobre a situação linguística particular do mundo latino, ela aparece em latim, nos textos da Igreja, para nomear tudo aquilo que não é latim. Como mostra Grondeux (2008), ao longo dos séculos X e XI, os vernáculos são chamados de *lingua rusticana* ou *rustica*, *sermo rusticus*, *rustice*, *pagensis lingua*, *lingua rusticorum*, *romana lingua* e *romane*. No entanto, pouco tempo depois de sua criação, no século XII, a expressão língua materna parece se impor como nomeação por excelência para os vernáculos, marcando sempre contraposição ao latim, além de revelar com frequência a distinção entre clérigos e leigos.

A distinção entre clérigos e leigos está na base da sociedade medieval (SCHMITT, 2006; LE GOFF, 2006). Pertencer ao clero é ter o direito de acessar a Sagrada Escritura. Para tanto, é necessário o aprendizado do latim, visto que os sujeitos medievais não conheciam outro veículo para a Bíblia além da língua latina, como esclarece Lobrighon (2006). Língua escrita por excelência na Idade Média, como defende Beck-Busse (1994), o latim é ensinado nas escolas criadas pela Igreja, principal responsável pelo restabelecimento da escrita na Idade Média, conforme Arnaldi (2006, p. 570), que afirma que “a cristianização estava estreitamente ligada à alfabetização”. É nesse passo que o latim é restaurado como instrumento de comunicação internacional, comum tanto à Igreja quanto à chancelaria, sendo seu aprendizado permitido somente a reis, príncipes e clérigos, o que faz com que as falas vernaculares sejam convertidas em “línguas vulgares”, abandonadas ao povo, de forma a haver uma demarcação entre dirigentes e dirigidos, conforme Régis Debray (*apud* PÊCHEUX, 1990).

A oposição ao latim e a identificação com os advogados investe uma configuração oral à língua materna, pois, como explica Chiffolleau (2006), o direito é uma atividade essencialmente oral na Idade Média. Daí a atribuição da língua latina ao papa Urbano II por Guiberto de Nogent, cabendo aos advogados o emprego da língua materna. A

facilidade da língua materna de que fala Guiberto de Nogent estaria no fato de ela ser uma língua oral. Essa ideia de facilidade da língua materna apresentada pelo monge francês está em conformidade com o espírito escolar de sua época, segundo o qual o latim representava um nível de dificuldade superior àquele da língua vernácula, como afirma Batany (2003). No entanto, não é de surpreender que o latim seja considerado mais difícil que a língua materna, pois, como declara Auroux (1992), no século IX ele é antes de tudo uma língua a ser aprendida por meio da gramática latina, cujo estudo englobava não apenas as práticas de leitura e escrita do latim, mas também a leitura e a interpretação dos autores latinos, como revela Beck-Busse (1994).

Se clérigos e leigos cumprem funções complementares no funcionamento da sociedade medieval, como afirma Schmitt (2006), o mesmo se pode dizer das línguas empregadas por cada um desses grupos na realização de suas atividades e no desenrolar do cotidiano a que estão submetidos. Levamos aqui em conta a afirmação de Auroux (1992) de que não teria havido oposição, mas circulação entre o latim e vernáculos na Idade Média. Com efeito, segundo Auroux (1992, p. 46), ainda que a fragmentação do Império Romano tenha provocado tanto o desaparecimento do papel vernacular do latim quanto o aparecimento das línguas neolatinas, o latim permanece por séculos como língua da administração, da cultura intelectual e da vida religiosa, de maneira que, por toda a Idade Média, “vai subsistir um equilíbrio entre um latim – cada vez mais abstrato, objeto de uma gramática teórica –, língua conceptualmente sofisticada do saber letrado, do poder e da religião, e vernáculos que se aprendem na prática da vida”. É esclarecedor o contraste entre vernáculos e latim feito por Lusignan (1987, p. 9, tradução nossa):

A língua vernácula parece à primeira vista ignorar a gramática, enquanto o aprendizado do latim depende essencialmente dela. O latim é conhecido apenas por uma parte minguada da população, mas permite a comunicação no interior da comunidade europeia de clérigos, enquanto a língua vernácula reúne todos os habitantes de um território particular. As duas línguas são utilizadas na comunicação oral, mas o emprego de uma ou de outra parece ser imposto segundo as circunstâncias. As duas línguas têm acesso ao escrito, mas segundo registros de expressão bem diferentes:

a língua vernácula serve à expressão poética, à escrita de ficção, enquanto o latim detém de forma exclusiva a expressão do saber e do sagrado.³

Da mesma forma que a ancoragem do latim é assegurada pelo lugar da Igreja na sociedade, como afirma Auroux (1992), a própria diferenciação entre latim e vernáculos, com a criação da expressão língua materna, pode ser encarada como um feito da Igreja, pois são aqueles que empregam o latim que cunham essa expressão, são aqueles que conhecem o latim que traçam uma distinção entre essa língua e aquela chamada língua materna. Em si, a criação da expressão língua materna é uma manifestação do trabalho de diferenciar clérigos e leigos na sociedade medieval. A expressão língua materna é uma perfeita representação das barreiras visíveis que asseguram a partição do mundo feudal em dois, de que fala Pêcheux (1990). Escrita e lida, pronunciada e ouvida, ela impõe uma ordem de sentidos em que se separa o mundo dos clérigos do mundo dos leigos, marcando, assim, diferentes modos de vida, maneiras distintas de se colocar na presença de Deus, bem como variados níveis de instrução e de acesso à escrita.

4 A expressão língua materna reveladora do problema da pregação da palavra de Deus para aqueles que não entendem o latim

O problema da transmissão da palavra de Deus para aqueles que não entendem o latim é uma questão frequentemente apontada nos textos medievais quando está em jogo o emprego da expressão língua materna:

Geoffroy de Vendôme, *Epistulae*, 1110:

Ad cuius obiecta monachus, quia laicus est, non Latina, quam non didicit, lingua, sed materna respondet.

Às objeções dele, o monge, porque é leigo, não respondeu em língua latina, mas na **materna**.

³ « La langue vernaculaire semble à première vue ignorer la grammaire alors que l'apprentissage du latin dépend essentiellement de la grammaire. Le latin n'est connu que d'une faible partie de la population mais permet la communication à l'intérieur de la communauté européenne des clercs, alors que la langue vernaculaire réunit tous les habitants d'un territoire particulier. Les deux langues sont utilisées pour la communication orale, mais l'emploi de l'une ou de l'autre semble s'imposer selon les circonstances. Les deux langues ont accès à l'écrit, mais selon des registres d'expression bien différents : la langue vernaculaire sert à l'expression poétique, à l'écriture de fiction, alors que le latin possède en exclusivité l'expression du savoir et du sacré. »

Costume de Springierbach/Rolduc, 1123-1128:

*His actis dominus abbas uel prior uel alius, cui librum miserit abbas, sermonem facit **materna lingua** ad intelligendum omnibus, non tamen cottidie, sed his diebus quibus uisum fuerit prelato.*

Depois disso, o senhor abade ou prior ou outra pessoa, a quem o abade envie o livro, faz um sermão na **língua materna** para que todos possam entender, mas não todos os dias, mas naqueles dias em que o prelado achar por bem.

Jean Beleth, Summa de ecclesiasticis officiis, 1160-1164:

*Inde est, quod sacerdos diebus dominicis postquam fecerit sermonem ad populum, dominicam orationem et Credo in Deum debet illis in **materna lingua** exponere.*

Por isso é que o sacerdote, nos dias de domingo, depois de fazer o sermão ao povo, deve rezar o Pai Nosso e o Credo na **língua materna**.

Segundo Geoffroy de Vendôme, não é possível estabelecer comunicação com um leigo em latim, mas na língua materna, por ser justamente essa a língua de um leigo. Dessa forma, no trato com os leigos, é a língua materna que os clérigos devem utilizar. Como afirma Schmitt (2006, p. 244), “os clérigos preparam os sermões em latim, mas se o auditório é laico, eles o pronunciam evidentemente em língua ‘vulgar’”. Ciente do desaparecimento do papel vernacular do latim, a Igreja intervém para que a pregação não se restringisse a essa língua, mas fosse feita também na língua materna, como demonstram o *Costume de Springierbach/Rolduc* e a *Summa de ecclesiasticis officiis*. Conforme consta no *Costume de Springierbach/Rolduc*, para ser entendido por todos, o sermão deve ser feito em língua materna, e não no latim, o que parece dizer respeito não apenas aos leigos, mas igualmente aos clérigos. No entanto, longe de ser uma obrigação cotidiana, a pregação em língua materna é apontada como uma medida de exceção, sendo realizada apenas quando o prelado determinar. Como decreta a *Summa de ecclesiasticis officiis*, a língua materna deve ser empregada na oração do Pai Nosso e do Credo, mas somente após a realização do sermão, feito certamente em latim, e apenas no dia de domingo.

Pelo que pode ser compreendido, a partir dos fragmentos do *Costume de Springierbach/Rolduc* e da *Summa de ecclesiasticis officiis*, a língua materna é cada vez mais usada para propagar a palavra de Deus, mas não a ponto de substituir o latim como veículo de pregação na Idade Média. Por assim dizer, Deus fala através da Igreja em latim, afinal essa é a língua da comunidade universal cristã reunida em torno do papado, ao passo que sua mensagem é traduzida em língua materna por aquela instituição. No conjunto dos concílios que recomendavam pregar para o povo na língua local, determinação comum desde o século IX, conforme Auroux (1992), o Concílio de Tours, em 813, ordena aos bispos “traduzir seus sermões *in linguam romanam rusticam aut theosticam* para serem compreendidos” (BATANY, 2006, p. 384). No que é tradicionalmente considerado o primeiro reconhecimento oficial da língua francesa, a *lingua romana rustica aut theostica* (“língua românica rústica ou tudesca”) é indicada como uma língua para a qual se deve traduzir a fé. Por toda a Idade Média, ainda livre da Reforma de Martinho Lutero, a língua universal da fé, “a língua na qual o *nome-santo* fala aos homens”, “aquela da conversação entre a humanidade e aquilo que a transcende”, para aproveitar as palavras de Flusser (2007, p. 73), não é outra senão o latim. Proferida primeiramente em latim, a palavra de Deus é traduzida na língua materna.

A tradução da palavra de Deus em língua materna para aqueles que não entendem o latim é uma necessidade que não diz respeito somente aos leigos, estendendo-se também aos clérigos. Isso é o que mostra o relato de Hesso sobre o Concílio de Reims em 1119:

Quod cum prudenter episcopus Ostiensis perorasset, iterum Catalaunensis episcopus ex praecepto domni papae hoc idem clericis et laicis materna lingua exposuit.

Depois de o bispo de Óstia ter discursado com prudência, novamente o bispo de Catalunha, conforme ordenado pelo papa, repetiu a mesma coisa aos clérigos e aos leigos na **língua materna**.

Editado cerca de uma década após o registro de língua materna que encontramos na narrativa de Guiberto de Nogent sobre a Primeira Cruzada, o relato Concílio de Reims expõe à vista o problema da má formação do clero em relação ao

aprendizado da língua latina. Enquanto o texto de Guiberto de Nogent sobre a expedição organizada pelo papa mostra uma polarização entre clérigos e leigos a partir do conhecimento do latim, montando, de um lado, uma associação entre latim e clero, e de outro lado, uma junção entre língua materna e laicato, o relato de Hesso une clérigos e leigos pela incapacidade do entendimento do latim. O recurso à língua materna para sanar a dificuldade de compreensão da língua latina por parte de clérigos e leigos parece indicar ao mesmo tempo uma ameaça ao latim e a manutenção do lugar de destaque assumido por essa língua no tratamento das questões da Igreja, afinal o discurso do bispo de Óstia é feito inicialmente em latim, para só depois ser traduzido em língua materna. Como pode ser percebido pelo uso da fórmula *hoc idem exposuit* (“repetiu a mesma coisa”), imagina-se que nenhum novo conteúdo seja expresso na língua materna. No entanto, o estatuto das línguas em que o discurso é feito é bastante diferente. Com o latim, profere-se um discurso. Com a língua materna, traduz-se um discurso. De qualquer forma, a possibilidade de traduzir os temas da Igreja em língua materna não parece desobrigar o clérigo do aprendizado do latim. Personalidade eclesiástica da segunda metade do século XII, Giraud de Barri (1146-1223 d.C), por exemplo, afirma o que se segue: “Hoje os clérigos iletrados são como nobres inábeis na guerra”, conforme Le Goff (2006, p. 89). Como afiança Schmitt (2006, p. 244): “A distinção entre *litterati* e *ilitterati* recobre assim, em grandes traços, a entre clérigos e leigos. Ser letrado significa conhecer, além da língua materna, o latim, que se escreve e fala”. Diante das barreiras construídas pela Igreja para separar clérigos e leigos, entre as quais a língua, o não aprendizado do latim acaba por se converter em um problema de má formação do clero.

O próprio Guiberto de Nogent, tornando a fazer uso da expressão língua materna, levanta o problema da incapacidade de compreensão do latim por parte do clero:

De vita sua, 1114-1117:

Interrogat ergo papa primum, cur elegeramus ignotum hominem; ad quod, cum nemo presbyterorum respondisset, nam quidam elementa vix norant, ad abbates se vertit. Sedebam autem inter utrumque medius; utriusque igitur ad illata tacentes, me ut loquerer hinc et inde urgere coeperunt qui, meae timidus juventutis et in tanto loco atque negotio temeritatis notam verens, vix os prae pudore aperire consensit. Fiebat autem res non materno sermone, sed litteris.

O papa começou por nos perguntar por que havíamos escolhido alguém que nos era desconhecido. Pergunta que nenhum dos sacerdotes respondeu, porque alguns entre eles mal podiam se exprimir; ele se virou para os abades. Eu estava sentado entre outros dois, mas ambos permaneceram em silêncio, eles entreolharam-se me pressionando a falar. De minha parte, ainda envergonhado por minha juventude, e temendo ser acusado de temeridade em um lugar e uma questão tão importantes, com sofrer e embaraço, ousei abrir a boca. A conversa se desenrolou não na nossa **língua materna**, mas em latim.

Guiberto de Nogent narra uma conversa trocada em latim com o papa Pascoal II. Como afirma Labande (1981), o motivo de a conversa não ser realizada em língua materna, mas em latim, está no fato de Pascoal II ser italiano. Sendo francês, Guiberto de Nogent não poderia estabelecer uma conversa com um papa italiano em língua materna, a não ser que um conhecesse a língua do outro, o que não parece ser o caso. Para tanto, é necessário fazer uso de uma língua que está além das diferenças locais, uma língua franca, no dizer de Grondeux (2008), o latim. A facilidade com que Guiberto de Nogent se exprime na língua latina contrasta com o silêncio com que os sacerdotes respondem às perguntas do chefe da Igreja. Como explica Labande, esse silêncio é justificado pela ignorância do latim por parte dos sacerdotes. Contraposto à língua materna, a quem se atribui um aspecto local, o latim é significado como uma língua universal, cujo domínio, restrito a poucos, apresenta-se como um obstáculo mesmo para aqueles que têm por obrigação seu aprendizado, os clérigos.

5 A expressão língua materna nos escritos de caráter gramatical ou de lógica não relacionados diretamente com a Igreja: a aproximação com o latim

Os registros da expressão língua materna encontrados em escritos não relacionados diretamente com a Igreja apontam para uma divisão menos rígida entre língua materna e latim do que aqueles encontrados em produções clericais, talvez por estarem menos interpelados pela ideologia clerical. Dessa forma, a divisão rigorosa entre latim e língua materna, encontrada nos textos da Igreja, pode ser considerada um efeito de sentido produzido segundo as representações que os clérigos fazem dos leigos durante e Idade Média, como homens inferiores espiritual e culturalmente, conforme König-Pralong (2009). Sendo o latim uma barreira que separa dois mundos, o dos clérigos e o dos leigos, em um gesto de reforço dessa barreira, divide-se tão severamente latim e língua materna. Textos de caráter gramatical ou de lógica, por exemplo, na medida em que se voltam para temas que não a fé, trabalham no sentido de aproximar latim e língua materna:

Notae Dunelmenses, 1109-1113:

*Sed quaerendum est quomodo haec quinque 'nocendi, nocendo, nocendum, nocitum, nocitu' exponantur **materna lingua** ita ne sensum verbi videantur habere, sed sensum nominis. Nam cum dico 'vade salutatum', eundem sensum videtur habere acsi diceretur 'vade salutare' et sic in ceteris.*

Mas precisa perguntar de que modo estas cinco palavras 'nocendi, nocendo, nocendum, nocitum, nocitu' possam ser explicadas na **língua materna** de maneira que não pareçam ter sentido de verbo, mas de nome. De fato, quando digo 'vá, cumprimentos' parece ter o mesmo significado que dizer 'vá cumprimentar' e assim por adiante.

Ars Medulina, 1154-1180:

Hoc idem et iam videtur ex materna lingua. Que nunquam dictione communis generis solet uti ad supponendum res diversorum sexuum una prolacione, sed comprehendendo rem masculini sexus preponit articulum masculinum genus discernentem, rem vero feminini sexus femininum, dicendo: "li citereens vent", "la citerenne vent".

Isso aparece ainda na **língua materna**. Nunca de forma habitual um terno genérico é utilizado para designar por um único emprego realidades de sexos diferentes, mas se se deseja designar uma realidade masculina, ela é determinada com ajuda de um artigo masculino; e uma realidade feminina, com ajuda de um artigo feminino. Por exemplo, se diz: "li citereens vent", "la citerenne vent".

O primeiro fragmento, retirado de um conjunto de comentários sobre Prisciano publicados em Paris, nos permite observar, para além da divisão entre latim e língua materna, uma situação na qual a língua materna funciona como base para o aprendizado do latim. Na verdade, como aponta Lusignan (1987), o aprendizado do latim na Idade Média apoiou-se bastante na língua vernácula. Esse fragmento das *Notae Dunelmenses* assinala também um processo de adaptação dos conceitos da tradição greco-latina para os vernáculos emergentes, pois, se é necessário explicar termos da língua latina na língua materna, isso se dá a par da instrumentação da própria língua materna, a partir da introdução de elementos metalinguísticos criados por aquela tradição, processo no qual as *Institutions grammaticales*, de Prisciano, escritas no início do século VI d.C., têm papel de destaque por alimentar a reflexão gramatical durante toda a Idade Média, dando origem a uma grande série de comentários, entre os quais as *Notae Dunelmenses*. De fato, como afirmam Colombat, Fournier e Puech (2010, p. 125, tradução nossa),

⁴ «Les premières descriptions des vernaculaires se sont élaborées à partir d'un phénomène de transfert des concepts et des méthodes d'analyse élaborés par la tradition gréco-latine, dont leurs auteurs étaient imprégnés.»

"as primeiras descrições dos vernáculos foram elaboradas a partir de um fenômeno de transferência de conceitos e de métodos de análise elaborados pela tradição greco-latina, da qual seus autores estavam impregnados".⁴

De acordo com os autores, a classificação que Prisciano faz do latim é tomado como ponto de partida para as primeiras descrições da língua francesa, o que pode ser percebido pelo

emprego da expressão *língua materna* nas *Notae Dunelmenses*, em que se expõe a necessidade de procurar na *língua materna* formas correspondentes às da *língua latina*.

Na passagem em que emprega a expressão *língua materna*, o *Ars Medulina*, um importante tratado de lógica na Idade Média, rejeita a possibilidade de um termo designar simultaneamente indivíduos do sexo masculino e feminino. Para tanto, o tratado toma como exemplo o funcionamento do artigo na *língua francesa*, responsável por fazer aquela distinção. A impossibilidade de um mesmo termo designar ao mesmo tempo os sexos masculino e feminino seria um fato tanto do latim quanto da *língua materna*, mas é justamente o funcionamento do artigo na *língua materna* a prova dessa impossibilidade. O emprego da expressão *língua materna* no *Ars Medulina* nos permite enxergar a experiência linguística da *língua materna* como um lugar de observação do próprio latim, um elemento de interferência na reflexão gramatical da *língua latina*. Nas palavras de Lusignan (1987, p. 33, tradução nossa),

“o uso de uma *língua* com artigos e cujo sistema flexional está em declínio propicia aos gramáticos medievais uma experiência linguística rica ao mesmo tempo em que bastante diferente da do latim”.⁵

O emprego da expressão *língua materna* em textos como o *Ars Medulina* e as *Notae Dunelmenses* nos confirma a existência uma reflexão gramatical sobre os vernáculos europeus já desde o século XII.

6 Indagando a metáfora da mãe na formação da expressão *língua materna*: uma questão de correspondência com certas configurações sociopolíticas na história

Os registros da expressão *língua materna* que temos discutido até o momento, os primeiros conhecidos na história ocidental, nos apontam problemas peculiares à sociedade medieval, como a organização social dividida entre clérigos e leigos e a própria formação do clero, do mesmo modo que as questões linguísticas implicadas, tais como o desaparecimento do papel vernacular do latim e a sua manutenção como *língua* do saber letrado e da vida religiosa e a emergência dos vernáculos europeus, além de uma reflexão gramatical sobre a *língua materna*.

⁵ «L'usage d'une langue comportant des articles et dont le système flexionnel est en régression procure aux grammairiens médiévaux une expérience linguistique riche en même temps que très différent de celle du latin.»

Cabe agora indagar a própria metáfora da mãe na formação da expressão língua materna. Realmente é possível encontrar registros da expressão língua materna que marcam uma relação da língua com a mãe e com o ambiente familiar ou, pelo menos, que assinalam uma singularidade da língua denominada materna:

Filipe de Harvengt, *De obedientia clericorum*,1157-1183:

*Infantiae quidem loquendi ad perfectum non donatur facultas, sed loquentibus inhiantem nativa quaedam reprimit difficultas; vixque tandem sufficit pauca verba conari, quae domi a parentibus audit frequentius ventilari. Pueritia vero videns sibi maiorem loquendi facultatem praeberi intra penates patrios iam non sustinet contineri, sed foris vagabunda maiorem nititur aemulari, odio habens silentium, cum sui similibus diligit verbosari. Est autem idonea non solum **maternam linguam**, quam domi didicit, retinere, sed et novam quamlibet, si oblata ei fuerit, obtinere; imo plures vel linguas vel artes discendo potest puer facilius adipisci, et earum imposterum tenacius dicitur reminisci.*

A capacidade de falar perfeitamente não é dada à infância, mas uma certa dificuldade inata reprime a criança que começa a falar; mas finalmente é suficiente tentar falar poucas palavras que em casa a criança ouve repetir mais frequentemente pelos pais. A puerícia, no entanto, parece oferecer maior capacidade de falar e já não tolera ser mantida dentro da casa paterna, mas brilha maior capacidade de emular o que está fora da porta, tendo em ódio o silêncio, gostando de tagarelar com seus semelhantes. É apta então para reter não apenas a **língua materna**, que apreendeu em casa, mas também qualquer língua nova, se lhe for ensinada; a criança pode apreender mais facilmente muitas línguas ou artes, e se diz que no futuro vai se lembrar delas com maior tenacidade.

Pedro Cantor, *Verbum abbreviatum*,1191-1192:

*Sicut non potest homo dediscere **maternam linguam**, sic nec vix longam peccati consuetudinem.*

Como não é possível esquecer a **língua materna**, assim tampouco um longo costume de pecado.

Nigel Wireker, *Tractatus contra curiales et officiales clericos*, 1193 :

*Lingua tamen caueas ne sit
materna, sed illa / Quam dedit
et docuit lingua paterna tibi.*

Presta atenção, entretanto, para que a língua não seja a **materna**, mas aquela que te deu e te ensinou a língua paterna.

Marginalia, 1150-1250:

*Britones namque Amorici qui
ultra mare sunt cum Maximo
tyranno hinc in expeditionem
ex<e>untes, quoniam redire
nequiuerant, occidentals partes
Gallie solotenus uastauerunt
nec mingentes ad parietem
uiuere reliquerunt; acceptisque
eorum uxoribus et filiabus
in coniugium omnes earum
linguas amputauerunt ne eorum
successio **maternam linguam**
disceret.*

Os Bretões e Armoricanos, que moram além-mar, chegando aqui numa expedição com o chefe Máximo, pois não puderam voltar atrás, devastaram as regiões ocidentais da Gália e não deixaram vivos nem aqueles que encontraram mijando na parede. Depois, tendo levado para si as esposas e as filhas deles, amputaram a língua de todas elas para que seus descendentes não aprendessem a **língua materna**.

O abade Filipe de Harvengt toma a infância e a puerícia como dois momentos do processo de aquisição da língua, afirmando que a primeira é marcada por uma dificuldade inata do falar; enquanto a segunda, contrariamente, por uma maior capacidade de falar. Na infância, a língua é aprendida na casa paterna, sendo os pais os condutores do processo de aquisição. Na puerícia, por outro lado, a língua a ser aprendida, uma língua nova, é aquela que está para fora da porta, processo no qual pesam não mais os pais, mas os semelhantes. Nesse esquema, a língua materna é tomada como a língua aprendida com pais, na infância, funcionando como primeiro grau de instrução linguística. A língua materna é assim caracterizada como um elemento singular, no sentido de ser uma em meio ao grande número de línguas do mundo, pois haveria apenas uma única língua na casa paterna, ao passo que, da porta para fora, as línguas seriam muitas. A língua materna é justamente aquela que está dentro da casa. No texto de Filipe de Harvengt,

a língua materna não parece se ligar exclusivamente à mulher, pois a palavra latina *parens* diz respeito tanto à mãe quanto ao pai, razão pela qual a traduzimos em português como “pais”.

O teólogo escolástico Pedro Cantor compara a língua materna ao costume do pecado, afirmando que ambos são inesquecíveis. Para melhor compreender a natureza dessa comparação, cabe observar que o pecado é o elemento em torno do qual giram a vida e o imaginário do homem medieval, conforme Casagrande e Vecchio (2006, p. 339), que sustentam que o momento da geração da vida do homem mediéxico é também o momento de transmissão do pecado original, “porque está na origem da vida de cada homem, que nasce pecador antes mesmo de haver cometido algum pecado”. Da mesma forma que o pecado é tomado como a marca de nascimento dos homens, a língua materna é caracterizada como a língua original do sujeito, ou melhor, como língua que marca originalmente o sujeito, de tal forma que não pode ser esquecida.

No tratado do autor satírico e poeta anglo-normando Nigel Wireker, a expressão língua materna, por ser contrastada com uma língua que se aprende com o pai, acaba por indicar a língua que se aprende com a mãe. Etimologicamente, o adjetivo latino *paternus* significa um pai físico e genitor. Dessa forma, em contraste com a língua paterna, é possível assumir que a língua materna é aquela que é ensinada pela mãe. De acordo com Grondeux (2008), o texto de Nigel Wireker assinala explicitamente o papel da mãe na transmissão de uma língua que se aprende antes do latim.

Os comentários sobre a invasão da Gália pelas tropas do imperador Magno Máximo exibem um episódio caracterizado como uma estratégia de interdição da língua materna, caracterizada como a língua das mulheres, como a língua passada de uma geração a outra pelas mulheres, razão pela qual, segundo o relato, com o intuito de impedir que as novas gerações aprendessem a língua materna, de forma que prevalecesse a língua dos invasores, os exércitos de Magno Máximo sequestraram e amputaram a língua das esposas e filhas das populações conquistadas da Gália. Dessa maneira, a língua materna é concebida como pregada fortemente ao sujeito, como fixada na sua língua, a carne.

Os poucos registros da expressão língua materna que parecem marcar uma relação da língua com a mãe não nos permitem afirmar que a expressão tenha sido criada para indicar a língua falada e ensinada pela mãe. Não é o caso de negar a existência de um jogo entre língua e mãe na composição da expressão língua materna, afinal a própria associação entre os significantes *língua* e *materna* promove semanticamente a ideia de uma língua que é da mãe. Por outro lado, se não é inadequado tratar a língua materna como língua da mãe, não nos parece produtivo, contudo, partir dessa evidência para explicar os sentidos da expressão, afinal não apenas a figura mãe, tantas vezes usada para falar também da pátria e da Igreja, mas igualmente a qualidade do que é materno foi historicamente ressignificado. Segundo Tombeur (2005), o substantivo *maternitas* (“maternidade”), por exemplo, só bem recentemente passou a ser associado à mulher, tendo, em grego, no início, por volta do ano de 858, o sentido de *terra natal*, estando em paralelo com *patris,-idos, dos ancestrais, terra dos ancestrais, pátria*, reaparecendo no século XII com o sentido de *qualidade de uma igreja catedral, maternidade espiritual da Igreja*.

A hipótese de se ter concebido a expressão língua materna para marcar uma língua tida como da mulher, quer dizer, uma língua falada e transmitida particularmente pela mulher, se mostra até certo ponto plausível quando se toma em conta o fato de que a expressão língua materna ganhou vida pela primeira vez pelas mãos de um clérigo, sendo usada para marcar uma distinção entre clérigos e leigos e entre as línguas associadas a cada um desses grupos na sociedade medieval, o latim e a língua materna, respectivamente. A expressão língua materna é empregada originalmente em latim por um clérigo para nomear a língua dos leigos. Como explica Schmitt (2006, p. 241), “o grupo dos leigos é constituído de mulheres e homens, enquanto que o dos clérigos é exclusivamente masculino”. De acordo com o autor (2006, p. 250), a divisão entre clérigos e leigos na sociedade cristã da Idade Média “sempre foi pensada como algo exclusivo dos homens”, pois as mulheres eram proibidas de receber a ordenação sacerdotal. Dessa forma, pela associação com os clérigos, o latim pode ser tomado como uma língua, se não exclusiva, ao menos circunscrita a um universo tipicamente masculino. Em contraste com esse funcionamento do latim como a língua do homem, a expressão

língua materna poderia, a princípio, marcar não uma língua particular da mulher, mas, talvez, uma língua evitada nesse ambiente tipicamente masculino do clero.

Essa interpretação esbarra justamente no fato de o grupo dos leigos não ser exclusivamente feminino. Como o grupo dos leigos é formado por homens e mulheres, se a língua materna é apontada como a língua dos leigos, ela não pode ser classificada tão somente como a língua das mulheres, mas também como a língua dos homens. A questão é que a língua materna é geralmente a única língua que a mulher fala na Idade Média, enquanto o homem, quando clérigo, tem a possibilidade de também aprender o latim. De qualquer modo, vale lembrar que também na Antiguidade Latina atribui-se à mulher o papel de ensinar a língua aos pequenos, como explica Paul Veyne (2009), mas nem por isso essa língua ensinada pela mulher era chamada de língua materna, mas de *patrius sermo* e *patria lingua*. Queremos dizer com isso que a expressão língua materna não se explica pura e simplesmente pela figura feminina de um(a) progenitor(a), mas corresponde primeiramente a certas configurações sociopolíticas na história, no caso, o mundo medieval estruturado pela divisão entre clérigos e leigos.

7 Considerações finais

Na Idade Média, o latim era língua da cultura letrada de uma diminuta parte da população e, como diz Auroux (1992, p. 46), seu papel central “estará em perigo desde que atividades sociais tomem importância, as quais, reclamando-se escritura e técnicas intelectuais, formarão uma esfera estranha à Igreja (o comércio)”. Nesse movimento, a expressão língua materna começa a aparecer em textos não relacionados diretamente com a Igreja e escritos nos vernáculos europeus emergentes. Em outras palavras, a expressão língua materna passa a ser empregada em língua materna, ou de outra maneira, a língua materna diz língua materna, de forma que novas redes de sentido são estabelecidas para a expressão (AQUINO, 2012). Na esteira da formação dos Estados nacionais, a língua materna é então significada como *língua natural*, *língua de um território*, *língua de um país*, o que leva à construção do efeito de coincidência entre língua materna e língua nacional, sentidos que serão naturalizados quando a expressão língua materna

entra nos dicionários. A partir daí, a língua materna aparece como uma evidência.

Quando empregada em latim nos textos da Igreja, a expressão língua materna identifica a língua dos leigos e tem seus sentidos formados em meio às representações do mundo cristão dividido entre clero e laicato. Quando empregada no prefácio de traduções patrocinadas pelos Estados nacionais, em textos literários e de leis e outras produções em língua vernácula, a língua materna é significada como *língua natural de uma terra, língua do lugar onde se nasce, língua de um país*, marcando, ao contrário do caráter universal do latim, uma territorialização e nacionalização da língua.

Historicamente, como demonstra a história dos sentidos da expressão língua materna, os nomes da língua vão corresponder a configurações sociopolíticas distintas. Historicamente também, essas identificações da língua com o falante e com certas configurações sociopolíticas são naturalizadas. No fundo, e isso é o que procuramos mostrar, o que se naturaliza com a nomeação das línguas é a identificação dos sujeitos com certas configurações políticas. Identificar a língua materna como *língua do país onde se nasce*, tal como aparece nos dicionários, sobrepondo língua materna e língua nacional, é uma forma de identificar os sujeitos com essa forma histórica do Estado nacional. Se pensamos, por exemplo, na relação de sentidos de língua materna em oposição a língua estrangeira, o que ocorre é a reafirmação do pertencimento de uma língua, e de seus falantes, com um Estado e um território. Todavia, quando olhamos os primeiros registros da expressão língua materna, essa relação de oposição com o que é estrangeiro não se põe. Na Idade Média, há o latim e todas as línguas, a *materna lingua*, no entanto, o latim não é uma língua estrangeira, mas a língua universal do papado. A relação de oposição entre língua materna e língua estrangeira é uma construção histórica que foi naturalizada. A língua materna é uma construção que foi naturalizada. Para alguns, tão naturalizada que pode ser concebida como a língua que se tem na cabeça, como uma espécie de órgão, assim como são órgãos o coração e o fígado.

REFERÊNCIAS

AQUINO, José Edicarlos de. *O que há de materno na língua?: Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX*. 2012. 204 p. Dissertação – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: UNICAMP, 1992.

BATANY, J. Oral/escrito. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. v. 1. p. 383-395.

_____. Les clerics et la langue romane : une boutade renardienne au XIVe siècle, *Médiévales*, Paris, n. 45, p. 85-98, 2003.

BECK-BUSSE, G. Les « femmes » et les « illitterati »; ou: la question du latin et de la langue vulgaire. *Histoire Épistémologie Langage*, n. 16, p. 77-94, 1994.

CHIFFOLEAU, J. Direito(s). In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. v. 1. p. 333-351.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris : Klincksieck, 2010.

FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GRONDEUX, A. La notion de langue maternelle et son apparition au Moyen Age. In: VON MOOS, P. (éd.). *Entre Babel et Pentecôte*. Zurich : Lit Verlag, 2008. p. 339-356.

KÖNIG-PRALOG, C. Les laïcs dans l’histoire de la philosophie médiévale. *Doctor Virtualis*, n.9, p. 169-197, 2009.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

200 LOBRICHON, GUY. Bíblia. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático de ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. v. 1. p. 105-117.

LUSIGNAN, S. *Parler vulgairement: les intellectuels et la langue française aux XIIIe et XIVE siècles*. 2. ed. Paris : Librairie philosophique J. Vrin, 1987.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, 1990.

SCHMITT, Jean-Claude. Clérigos e leigos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. v. 1. p. 237-251.

TOMBEUR, P. Maternitas dans la tradition latine. *CLIO*, Toulouse, n. 21, p. 1-6, 2005.

Abstract

The medieval origin of the expression *mother tongue*: a history against the obviousness of meanings of a canonical term over the reflection on language

In this article, we make a historical study of the emergence of the expression “mother tongue” in the West, in order to question the obviousness effect formed around this canonical term over the reflection on language. We thus show that the expression mother tongue is a medieval invention, initially used in Latin in the texts of the Church, as a way of counter this language with the emerging vernaculars. Arguing that this expression is not purely and simply explained by the womanly feature, but that it corresponds primarily to certain sociopolitical configurations in history, we show that the earliest records of the expression mother tongue point to peculiar problems of medieval society and to the linguistic issues involved.

Keywords: *Mother Tongue. Middle Ages. Latin. Vernaculars.*